

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1470/XIV/3ª

Empreender e ecoinovar para enfrentar as alterações climáticas

Face ao contexto de crise climática e perante novos alertas da comunidade científica, precisamos que Portugal seja mais empreendedor e inovador para enfrentar os desafios que se colocam na mitigação das emissões de gases com efeito de estufa ou na adaptação aos impactos que se sentirão a vários níveis. Só com mais criatividade, engenho e novas ideias é que conseguiremos atingir as metas ambiciosas que temos no horizonte para evitar que a temperatura média global suba mais do que 1,5 °C.

Ao longo das duas últimas décadas, o país tem vindo a construir e a consolidar um quadro legislativo e de planeamento que integra a generalidade das dimensões operacionais ligadas à ação climática, inclusivamente de âmbito setorial e territorial. A Lei de Bases do Clima é última “peça” deste edifício. Contudo, continuamos a ter uma perspetiva estratégica demasiado centrada no papel do Estado que “faz tudo” (legisla, planeia, financia, executa, restringe, fiscaliza, penaliza...) deixando pouca margem para que outros agentes da sociedade, como empresas ou associações privadas possam agir, inovar e até criar novas soluções para os problemas inerentes às alterações climáticas.

Se queremos ser mais ambiciosos nas metas e nas medidas a concretizar temos de conseguir alargar a ação climática a mais agentes. De outra forma dificilmente conseguiremos a mobilização necessária para manter o clima estável. No horizonte há um agravamento dos problemas, o que nos deverá obrigar a repensar as esferas de atuação.

O “alerta vermelho” do IPCC

A 9 de agosto de 2021 foi divulgado o 6º Relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC na sigla em inglês), com o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, a afirmar que estamos perante um “alerta vermelho para a humanidade”. O anterior 5º relatório tinha sido publicado

em 2014 e, portanto, houve uma atualização da informação disponível, importando salientar que:

- Há uma aceleração da tendência de aquecimento global sendo necessária uma redução “imediate, rápida e em larga escala” dos gases com efeitos de estufa ainda durante esta década. Se isto não for feito, as temperaturas vão aumentar mais de 1,5°C nas próximas duas décadas
- Até ao final do século a temperatura da Terra poderá ser 1,4°C-4,4°C mais elevada do que no período pré-industrial. A década de 2011-2020 foi já um grau mais quente do que no período de 1850-1900.
- A concentração de CO₂ na atmosfera atingiu um máximo histórico estando demonstrada a correlação com as atividades humanas e o consumo de combustíveis fósseis ao longo dos últimos 200 anos. Se continuarmos a aumentar o nível de CO₂ na atmosfera os riscos climáticos podem aumentar de modo imprevisível e não linear.
- Verificam-se alterações nos ciclos biogeoquímicos da Terra, futuramente os sumidouros de carbono (floresta, oceanos) terão mais dificuldade em absorver as quantidades de CO₂ emitidas.
- Ao nível do ciclo da água registam-se múltiplas mudanças nos regimes de precipitação, evaporação e recarga de aquíferos, o que terá impacto direto na vida das populações, sobretudo em territórios de menor disponibilidade hídrica.
- A acidificação dos oceanos por via da maior concentração de CO₂ na atmosfera traduzir-se-á em perda de biodiversidade marinha com impacto direto em atividades como as pescas.
- As previsões para a sub-região do Mediterrâneo onde se insere Portugal são preocupantes apontando para:
 - Subida da temperatura a uma taxa superior à média global;
 - Aumento da frequência e intensidade das ondas de calor;
 - Redução dos padrões de precipitação podendo, contudo, ocorrer mais fenómenos extremos como chuvas torrenciais;
 - Tempestades costeiras poderão tornar-se mais frequentes e intensas;
 - Aumento dos períodos de seca hidrológica e agrícola;
 - Maior aridez, condições mais propícias a incêndios florestais;
 - Redução das áreas geladas, por exemplo em zonas de montanha, o que poderá ter impacto na disponibilidade de recursos hídricos;

Todos contam no combate às alterações climáticas

Este panorama descrito pelo IPCC no 6º Relatório obriga ao reforço de medidas que permitam acelerar a trajetória em direção à neutralidade carbónica, pois os danos previstos podem ser severos e irreversíveis. Mas não é só o Estado que tem responsabilidade ou capacidade para lidar com os desafios em causa. Há que criar mais condições para que as empresas e outros agentes privados possam também agir de forma alinhada com os objetivos da ação climática. Existem oportunidades de criação de valor associadas à economia circular, havendo uma crescente consciencialização das empresas e de consumidores para adotarem comportamentos mais sustentáveis.

A este nível podem surgir inovações que contribuem para a resolução de problemas ambientais, melhorando a vida das comunidades e gerando maior riqueza e emprego. Não podemos é ter um Estado “abafador”, que captura a globalidade dos recursos financeiros e ignora todos os que são independentes face ao seu controlo. Na realidade, e em muitos casos, as empresas são mais eficientes no uso recursos do que as instituições públicas. Portugal tem descurado o papel dos agentes privados neste desafio, especialmente dos mais pequenos e com menor capacidade de influência política e financeira, havendo que criar condições para o seu maior envolvimento e reforço das suas capacidades criativas.

Inovar para ir mais além

A ecoinovação pode ser definida como a inovação que contribui para os objetivos do desenvolvimento sustentável através da redução dos impactos ambientais, do aumento da resiliência face a pressões antropogénicas ou do uso mais eficiente e responsável dos recursos naturais.

Quando olhamos para o Eco-innovation Scoreboard / Eco-innovation Index¹ que medem e comparam a performance dos Estados-membro da União Europeia ao nível de 16 indicadores, observamos que, em 2021, Portugal se encontrava na 11ª posição, ligeiramente abaixo da média, depois de vários anos na 9ª posição.

¹ https://ec.europa.eu/environment/ecoap/indicators/index_en

Uma economia para ser competitiva e sustentável necessita de um ecossistema de inovação e empreendedorismo que ajude na transição ecológica, valorizando a investigação, a colaboração e o desenvolvimento de novas tecnologias, por exemplo em matéria de eficiência energética ou na mobilidade urbana.

Aliar objetivos ambientais e socioeconómicos é uma premissa que tem evoluído através de diversos conceitos e instrumentos de política. Na atualidade, o Pacto Ecológico Europeu assume o objetivo de fazer da Europa o primeiro continente com impacto neutro no clima até 2050. Advoga uma oportunidade única para modernizar a economia e a sociedade da UE e para as reorientar rumo a um futuro equitativo e sustentável. É assumido que a União Europeia trabalhará em estreita colaboração com a indústria e os países para apoiar parcerias em domínios críticos como os transportes, incluindo as baterias, o hidrogénio limpo, a produção de aço com zero emissões, os setores de base biológica circulares, o edificado e a biodiversidade.

Apesar de Portugal ter em vigor um Plano de Ação para a Economia Circular, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 190-A/2017, preconizando várias orientações e medidas relevantes, nos últimos anos tem sido uma agenda descurada e com pouca visibilidade, estando longe de dinamizar esta área de ação. Não basta ter um portal de internet como o ECO.NOMIA, atualizado de tempos a tempos, é necessário muito mais para não continuarmos a ficar para trás nos rankings internacionais.

Diplomacia verde e o reforço da cooperação internacional

O combate às alterações climáticas é um desafio global e Portugal deve ter uma posição externa pró-ativa, considerando também uma perspetiva de atração de investimento nestas áreas associadas à economia verde. Não basta apenas ambicionar reduzir emissões, é também necessário considerar a criação de novas atividades e empregos que consigam ser alavancas da transformação em curso.

A capacidade de empreender e de inovar serão catalisadores de mudança que devem ser incentivados sem preconceitos. É fundamental que haja uma mensagem de estímulo e encorajamento ao setor privado para se mobilizar para esta causa em complemento ao papel do Estado. Todos fazemos falta para manter o clima estável e nos adaptarmos aos impactos que estão por chegar.

A COP 26 reunida em novembro, em Glasgow, na Escócia, sob presidência do Reino Unido, tem como objetivo acelerar a implementação dos objetivos estipulados

no Acordo de Paris. Este evento reúne cerca de 190 líderes mundiais, mas também milhares de especialistas, negociadores, lobistas, ativistas ambientais, agentes políticos e sociais, sob grande cobertura mediática. Há uma crescente consciência sobre a urgência de maior ação conjunta pois doutra forma será impossível atingir os objetivos definidos.

O Acordo de Paris foi assinado em 2015 representando um compromisso por parte dos vários países signatários em trabalhar conjuntamente para limitar o aquecimento global abaixo de 1,5°C, implicando a adoção de medidas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa. Em Glasgow os vários países irão ser chamados a assumir compromissos cada vez mais ambiciosos, mostrando o que estão a fazer para atingir a neutralidade carbónica até meados do século.

Em Portugal existe um amplo consenso sobre a necessidade de dar respostas ambiciosas aos desafios das alterações climáticas. Se por um lado dispomos de um quadro legislativo e de planeamento cada vez mais robusto, com metas alinhadas com a União Europeia, por outro lado ainda temos muito a melhorar na capacidade de mobilizar e envolver a sociedade e as empresas.

Assim, vem o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, nos termos da Constituição e do Regimento da Assembleia da República, recomendar ao Governo que:

1. Realize uma ronda de consultas e auscultações com entidades empresariais e parceiros sociais para preparar a presença de Portugal na COP 26, mobilizando-os para o combate às alterações climáticas.
2. Assuma uma postura ambiciosa e pró-ativa nas negociações e reuniões internacionais associadas à COP 26 mostrando Portugal como país empenhado nesta grande causa global.
3. Reveja e atualize o Plano de Ação para a Economia Circular, datado de 2017, dando-lhe um novo impulso e alinhando-o com as orientações do Pacto Ecológico Europeu.
4. Crie um programa de incentivos àecoinovação dirigido aos agentes privados visando o financiamento de novos produtos e serviços alinhados com os objetivos da transição ecológica e da resposta às alterações climáticas.



Assembleia da República, 8 de outubro de 2021

As/Os Deputadas/os do PSD

Luís Leite Ramos

Bruno Coimbra

Hugo Carvalho

Hugo Oliveira

Paulo Leitão

João Moura

Nuno Carvalho

Hugo Oliveira

Rui Cristina

António Maló de Abreu

António Lima Costa

Emídio Guerreiro

Filipa Roseta

João Marques

José Silvano

Pedro Pinto